



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria-Geral de Justiça

Secretaria da Comissão de Concurso

XLIV Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público

04 de abril de 2004

PROVA ESCRITA – 1ª ETAPA

DURAÇÃO: 04 :00 HORAS

VALOR: 70 PONTOS

INSTRUÇÕES GERAIS

Senhor(a) Candidato(a)

-Esta prova compõe-se de 38 páginas numeradas e 70 questões:

- . 10 (dez) questões de Direito Constitucional;
- . 10 (dez) questões de Direito Administrativo e Tributário;
- . 10 (dez) questões de Direito Penal;
- . 10 (dez) questões de Direito Processual Penal;
- . 10 (dez) questões de Direito Civil e Comercial;
- . 10 (dez) questões de Direito Processual Civil;
- . 10 (dez) questões de Legislação Especial.

- Marque apenas UMA opção por questão.
- Não deixe nenhuma questão em branco.
- Preencha o gabarito depois de resolvida a prova.
- Ao preencher o gabarito utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
- No gabarito, preencha TOTALMENTE o espaço relativo à opção feita.
- ASSINE o gabarito no local apropriado.
- O caderno de questões deverá ser DEVOLVIDO gabarito oficial, salvo o gabarito rascunho que poderá ser destacado para anotações.

BOA SORTE!

BANCA EXAMINADORA DO XLIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

(Eleita na 2ª Sessão Extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público, em 19.02.2004)

DIREITO CONSTITUCIONAL

Titular: Carlos André Mariani Bittencourt

DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

Titular: Márcio Heli de Andrade

Suplente: Elaine Martins Parise

DIREITO PENAL

Titular: Carlos Augusto Canêdo Gonçalves da Silva

Suplente: Adilson de Oliveira Nascimento

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Titular: Erli Alves de Oliveira Monteiro Pacheco

Suplente: Joaquim José Miranda Júnior

DIREITO CIVIL E COMERCIAL

Titular: Salomão de Araújo Cateb

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Titular: Almir Alves Moreira

Suplente: Elvécio Antunes de Carvalho Júnior

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Titular: Luiz Carlos Teles de Castro

Suplente: Marcos Tofani Baer Bahia

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Das alternativas abaixo:

I - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40, da Constituição Federal, com remuneração de cargo em comissão declarado de livre nomeação e exoneração.

II - A exigência constitucional da prévia aprovação em concurso público alcança a admissão de empregado de sociedade de economia mista controlada pelo poder público, sujeito ao regime celetista.

III - No Direito Brasileiro, a responsabilidade civil do Estado é objetiva, com base no risco integral, decorrendo o dever de indenizar da ocorrência do ato lesivo causado à vítima pelo Estado.

IV - O subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, direito este que não alcança o subsídio dos detentores de mandato eletivo.

V - A Constituição veda a equiparação, a vinculação, a isonomia e a paridade em matéria de remuneração do servidor público.

Estão **INCORRETAS**:

- a) somente I, III e V.
- b) somente III, IV e V.
- c) somente II, III e IV.
- d) somente I, II e III.
- e) somente I, II e V.

2. Assinale a alternativa **CORRETA**.

O Poder Constituinte Originário distingue-se do Poder Instituído, porque o primeiro é

- a) essencialmente soberano.
- b) autônomo.
- c) poder político que antecede ao poder do Estado.
- d) incondicionado.
- e) todas as alternativas acima estão corretas.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

3. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O princípio da ampla defesa pode conviver com o indeferimento de diligência probatória pelo juiz.
- b) São distintos o direito de petição e o direito de postular em juízo.
- c) Pode a lei condicionar o acesso ao Poder Judiciário ao prévio esgotamento da via administrativa.
- d) Os meios de prova, além de prestar subordinação à lei, também submetem-se aos princípios morais.
- e) O exercício do direito de ação, não obstante constitucional, deve acatar os pressupostos processuais.

4. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A Constituição Federal vigente admite o controle de constitucionalidade, pelo Poder Judiciário, no âmbito de mero projeto de lei.
- b) A resolução do Senado Federal que suspende a execução da lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal gera efeitos *erga omnes* e *ex tunc*.
- c) A sentença que decide a inconstitucionalidade na via da exceção faz coisa julgada no caso concreto e entre as partes, não suspendendo, entretanto, a exectoriedade da lei declarada inconstitucional.
- d) A atual Carta Constitucional prevê controle de constitucionalidade concentrado para suprir omissão de órgão administrativo.
- e) A existência de lei elaborada e promulgada por autoridades incompetentes é hipótese de incompatibilidade vertical da referida norma em relação à Constituição Federal.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

5. Das alternativas abaixo:

I – A soberania popular será exercida, dentre outras formas, pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, havendo na Constituição Federal vigente hipótese de eleição indireta.

II – A cobrança da dívida ativa da União incumbe a seus procuradores e, quando a ação for proposta em foro diferente do Distrito Federal ou das capitais dos Estados, também aos membros do Ministério Público Estadual.

III – A garantia da inamovibilidade assegurada aos membros do Ministério Público não comporta exceções.

IV – O Direito Constitucional Brasileiro vigente consagra o sistema majoritário, por maioria absoluta, para eleição de Presidente e Vice-Presidente, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito e Senadores Federais.

V – O Vice-Governador de um Estado da Federação pode concorrer ao cargo de Deputado, sem necessidade de renúncia ao seu mandato, desde que nos seis meses anteriores ao pleito não tenha sucedido ou substituído o titular.

Estão **INCORRETAS** :

- a) somente I, III e IV.
- b) somente I, II e III.
- c) somente III, IV e V.
- d) somente II, III e IV.
- e) somente I, II e IV.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

6. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Partidos políticos que se propõem a disputar apenas eleições estaduais registram seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral da respectiva unidade da Federação.
- b) O partido político é associação de pessoas que, após o registro de seus estatutos no órgão eleitoral competente, adquire natureza de pessoa jurídica de direito público interno.
- c) É livre a criação de partidos políticos, mas a C.F. vigente, para preservação do regime democrático, do pluripartidarismo e dos direitos fundamentais da pessoa humana, prevê controle ideológico ou qualitativo sobre as citadas agremiações.
- d) Lei que alterar processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação sendo aplicável às eleições que ocorram a partir da sua vigência.
- e) Segundo a vigente C.F., fidelidade e disciplina partidárias são matérias que devem ser regulamentadas por lei, cabendo aos partidos adequar seus estatutos às normas legais.

7. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) É possível, segundo a C.F., discussão e votação de projeto de lei, em comissão permanente, sem análise pelo plenário da Casa Legislativa respectiva, onde ocorre a tramitação.
- b) Cabe às comissões permanentes do Congresso Nacional ou de suas Casas convocar, caso entenda necessário, o Presidente da República ou Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes as suas atribuições.
- c) Compete ao Poder Executivo expedir decreto que crie obrigações a serem observadas pelos administrados e penalidades respectivas, regras estas que prevalecerão até que venha lei específica dispor sobre a matéria.
- d) É vedada a expedição de medidas provisórias em matéria tributária.
- e) É vedada a reedição de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

8. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A C.F vigente estabeleceu sistema de repartição de competências que parte da enumeração de poderes da União e definição indicativa dos poderes dos Estados, cabendo aos Municípios os poderes remanescentes.
- b) As tendências unitária e disjuntiva incorporadas a atual Carta Magna garantem a existência do chamado Estado Federal, conjunto de entidades soberanas que coexistem com a União Federal.
- c) Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas de matérias de competência privativa da União.
- d) A fixação da remuneração dos Deputados Estaduais constitui atribuição exclusiva da Assembléia Legislativa, não cabendo sanção por parte do Chefe do Executivo.
- e) No exercício de sua autonomia, pode o Estado-membro editar norma legal estabelecendo hipóteses de contratação de servidor por prazo indeterminado para atender necessidade de excepcional interesse público.

9. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A Adin é instrumento idôneo ao exame de constitucionalidade de lei editada antes da vigência da Constituição atual.
- b) O Decreto executivo regulamentar que afronte simultaneamente a lei e a Constituição Federal não pode ser objeto de Adin.
- c) Todos os legitimados ativos à propositura da Adin devem demonstrar, como requisito imprescindível, a relação de pertinência entre a defesa do interesse específico do legitimado e o objeto da própria ação.
- d) Em razão da presunção de constitucionalidade da lei, é vedada a medida cautelar em sede de Adin.
- e) A Adin, em razão de sua natureza jurídica, é compatível com a desistência.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

10. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Forma de Estado é conceito que se refere à maneira como se dá a instituição do poder na sociedade e como se dá a relação entre governantes e governados.
- b) O contraditório e a ampla defesa devem ser observados em procedimentos administrativos de qualquer natureza.
- c) A decisão judicial em Mandado de Injunção contém comando normativo.
- d) A Constituição garante aos Deputados e Senadores a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, prerrogativa que abrange as esferas criminal e cível.
- e) O princípio constitucional de respeito à coisa julgada refere-se primordialmente à coisa julgada formal.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

11. Assinale a opção **INCORRETA**.

- a) Confecções Primavera Ltda. foi incorporada por Confecções Inverno S.A. em abril de 1999. Após a incorporação, o Fisco Federal detectou a existência de crédito tributário de responsabilidade de Confecções Primavera Ltda., anterior à data da incorporação, sendo procedente a cobrança de referido crédito perante Confecções Inverno S.A.
- b) O fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida em lei complementar como necessária e suficiente para o seu surgimento (obrigação tributária), conforme estabelece a Constituição Federal. Já o fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- c) A saída de um produto de uma loja, seja a que título for – venda, troca, doação ou transferência –, é fato gerador do ICMS, pois trata-se de circulação de produto, que é a circunstância material necessária e suficiente para o surgimento da obrigação.
- d) A renda obtida por meio de um ato ilícito praticado pelo contribuinte, como a exploração do jogo do bicho, será tributada pela Receita Federal, independentemente da ilicitude do ato e das conseqüências advindas da sua prática, tais como penalidades pecuniárias, detenção ou reclusão.
- e) Se o Bairro Venda Nova ganhar autonomia, tornando-se, portanto, um novo Município, este se sub-rogará, utilizando os meios legais, nos direitos do Município de Belo Horizonte, cuja legislação aplicará até que entre em vigor a sua própria, salvo disposição de lei em contrário.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

12. Assinale a opção **CORRETA**.

- a) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade, devendo protocolar o pedido até dez dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder a impugnação em até três dias úteis.
- b) Em concorrências e em outras modalidades de licitação, o licitante poderá impugnar termos do edital de licitação perante a administração até o terceiro dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.
- c) A carta-convite é enviada diretamente aos interessados, após publicação, nos termos da lei, devendo, ainda, ser fixada sua cópia em local apropriado.
- d) Órgãos ou entidades da Administração poderão instituir comissões permanentes ou comissões especiais de licitação. Tais comissões serão integradas por, no mínimo, três membros, sendo que, destes, pelo menos dois deverão ser servidores qualificados, pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação. Tratando-se de licitação na modalidade convite, a comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída pela autoridade competente, sem designação de qualquer servidor membro da comissão.
- e) A licitação será processada e julgada com observância de determinados procedimentos inseridos na lei pertinente. Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13. Quanto ao PODER DE POLÍCIA, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) No Direito Público, poder “de” polícia não é o mesmo que poder “da” polícia.
- b) O poder de polícia deve ser exercido dentro de determinados limites, tendo-se em vista os direitos do cidadão, as liberdades públicas e as prerrogativas individuais inseridas na Constituição Federal.
- c) Direitos do cidadão constituem o gênero de que as liberdades públicas constituem a espécie.
- d) É exemplo de prerrogativa individual o fato de o cidadão diplomado em curso superior ter o direito de ser recolhido a quartel ou a prisão especial.
- e) Sobre a modalidade de pensamento incide o Poder de Polícia do Estado de forma interiorizada e exteriorizada.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

14. Entre as opções abaixo, assinale a afirmativa **FALSA**:

- a) Administração é gestão do serviço público e pode ser Direta ou Indireta, estando ambas presentes nas esferas federal, estadual e municipal.
- b) No âmbito federal, a Administração Direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República, dos Ministérios e das empresas públicas federais.
- c) Descentralização política é a transferência de atribuições do aparelhamento federal para os aparelhamentos estadual e municipal.
- d) Por meio de leis, a União pode criar diretamente empresas públicas para o desempenho de serviços ou exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.
- e) Uma sociedade de economia mista torna-se empresa pública quando o Estado desapropria as ações dos particulares, passando a controlar 100% do capital.

15. Em relação aos BENS PÚBLICOS, considere as seguintes afirmações:

- I. A desafetação, ou cessação da destinação específica, pode ser efetuada por lei, por ato administrativo ou em decorrência de fato que torne a destinação inviável.
- II. Os terrenos reservados são aqueles que, banhados pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, estendem-se até a distância de trinta metros para a parte da terra, contados desde a linha média das enchentes ordinárias.
- III. Tanto os bens de uso comum como os de uso especial podem estar sujeitos a uso remunerado.
- IV. A faixa de fronteiras, destinada à defesa nacional, possui duzentos quilômetros de largura e corre paralelamente à linha terrestre demarcatória da divisa entre o território nacional e os países estrangeiros.

Somente é incorreto o que se afirma em:

- a) II e III
- b) I e II
- c) III e IV
- d) II e IV
- e) I, II e IV

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

16. Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Compete à União instituir impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza.
- b) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços.
- c) Compete aos Municípios instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155,II,CF, definidos em lei complementar.
- d) Compete à União instituir, mediante lei, impostos não previstos na CF, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
- e) Compete à União instituir impostos sobre importação de produtos estrangeiros.

17. Assinale a opção **CORRETA**:

- a) O ingresso de dinheiro nos cofres públicos chama-se entrada, mas nem toda entrada compõe a receita do Estado.
- b) Os tributos e tarifas são receitas, chamadas “entradas definitivas”.
- c) Receita gratuita são aquelas auferidas com a caução, a fiança e os empréstimos em geral.
- d) Orçamento é peça técnica destinada a demonstrar as contas públicas para um determinado período, e nele estão discriminadas as receitas e as despesas e, ainda, a especificação de outras finalidades.
- e) Regulam o orçamento as Normas Gerais de Direito Financeiro e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

18. Assinale a opção **INCORRETA**:

- a) O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR, de competência da União, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município.
- b) A apuração e o lançamento do ITR são feitos anualmente, em face da sua classificação como persistente, ou seja, presume-se que o adquirente de terra o faz com intenção de permanecer com ela por longo tempo.
- c) O ITR não incide sobre pequenas glebas rurais exploradas com finalidade familiar, desde que o proprietário não possua outro imóvel.
- d) O ITR será apurado tendo por base de cálculo o valor da terra nua, considerando-se a área total do imóvel, não importando o grau de utilização.
- e) A associação ou cooperativa de produção será isenta do pagamento de ITR quando explorar terra compreendida em programa oficial de reforma agrária, cumulativamente com outros requisitos.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

19. Assinale a opção **CORRETA**:

- a) A enumeração das garantias atribuídas ao crédito tributário, presentes no CTN, não é taxativa ou exaustiva.
- b) Presume-se fraudulenta, de forma relativa, a alienação ou oneração de bens ou rendas, desde o seu princípio, realizada por sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.
- c) O crédito tributário tem preferência sobre qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo de sua constituição, sem nenhuma ressalva.
- d) O crédito tributário não se sujeita a concurso de credores, todavia faz-se necessária a habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.
- e) A massa falida só pode contestar o crédito tributário judicialmente.

20. A respeito do processo administrativo tributário considere as seguintes afirmações:

- I. O processo administrativo tributário culmina na inscrição da dívida apurada no Livro da Dívida Ativa.
- II. A intimação pessoal, dentro do Processo Administrativo Tributário, considera-se efetuada quinze dias após a data da ciência do intimado.
- III. De acordo com o Decreto n° 70.235/72, a notificação de lançamento conterà obrigatoriamente, em qualquer caso, a assinatura do chefe do órgão expedidor.
- IV. A autoridade de primeira instância recorrerá de ofício sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributos e encargos de multa de valor total (lançamento principal e decorrentes) a ser fixado em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

Somente é correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) II e IV
- c) I e IV
- d) II, III e IV
- e) II e III

PROVA DE DIREITO PENAL

21. Com relação às propostas dogmáticas de caráter funcional, assinale a alternativa

INCORRETA:

- a) Se trata de uma tentativa de racionalizar a intervenção penal através de uma densificação de elementos axiológicos e teleológicos.
- b) Na concepção de Günther Jakobs, trata-se de uma busca de adaptação de uma “metodologia ontológica” de construção de conceitos às necessidades do Direito Penal, preservando-se, em sua essência, sua vinculação às estruturas lógico-objetivas.
- c) Na perspectiva de Claus Roxin, trata-se de flexibilizar a análise de conceitos de molde à adaptá-los às mudanças valorativas ocorridas no âmbito social.
- d) Trata-se de propostas tendencialmente abertas à penetração, na construção de uma teoria do delito, das chamadas ciências sociais.
- e) Trata-se de uma proposta que descarta a busca dos fundamentos da legitimidade do Direito Penal em um “a priori” calcado na natureza das coisas.

22. Pedro e João, irmãos, nadavam em um lago, momento em que o primeiro começa a se afogar. João, no entanto, permanece inerte, eximindo-se de qualquer intervenção. Pedro, afinal, vem a falecer. A responsabilidade de João será:

- a) Por crime de homicídio doloso, aplicando-se as regras da omissão imprópria.
- b) Por crime de homicídio culposo, aplicando-se as regras da omissão imprópria.
- c) Pelo crime de perigo, tipificado no art. 132, do Código Penal (perigo para a vida ou saúde de outrem).
- d) Por crime de omissão de socorro.
- e) Por crime de abandono de incapaz.

23. Um guarda ferroviário encontra, por volta das 23 horas, um bêbado desacordado sobre os trilhos. Como o próximo trem só passaria por ali às 06 horas da manhã do dia seguinte, optou por lá deixá-lo, até por volta das 04 ou 05 horas, momento em que o retiraria, antes, portanto, do trem passar. A omissão do guarda:

- a) Determinará sua responsabilidade por tentativa de crime omissivo impróprio, face a sua posição de garantidor.
- b) Determinará sua responsabilidade por tentativa de crime omissivo próprio.
- c) Determinará sua responsabilidade por crime de perigo.
- d) Responderá por crime de omissão de socorro.
- e) Sua conduta é penalmente irrelevante.

PROVA DE DIREITO PENAL

24. João instiga Pedro a auxiliar Manoel a suicidar-se. João responderá:

- a) Como co-autor do crime tipificado no artigo 122, do Código Penal (induzimento, instigação ou auxílio a suicídio).
- b) Como autor do crime do art. 122.
- c) Como partícipe do crime do art. 122.
- d) Como autor do crime de homicídio.
- e) Sua conduta é atípica.

25. Em face das assertivas seguintes, pode-se afirmar que:

- I) Se a apropriação indébita se refere ao uso da coisa, não há crime.
- II) Ocorre a apropriação indébita de coisa furtada, se o agente não sabia de sua origem.
- III) Se a coisa é produto de contravenção, não é cabível a receptação.
- IV) Incabível a receptação dolosa, se o sujeito recebe a coisa com dolo eventual.

- a) Somente I e II estão incorretas.
- b) Somente III e IV estão incorretas.
- c) Somente I e III estão corretas.
- d) Somente II e IV estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

26. Em face das assertivas seguintes, pode-se afirmar que:

- I) Cometido homicídio contra velho, pressupõe-se caracterizada a qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima.
- II) Ocorre a conexão ocasional quando o homicídio é cometido a fim de assegurar a ocultação, impunidade ou vantagem em relação a outro delito.
- III) Vítima de tentativa de homicídio um dia antes de completar quatorze anos, o menor falece em tal aniversário, impondo a causa de aumento de pena ao homicídio.
- IV) Não é possível a concorrência do homicídio privilegiado com as qualificadoras de natureza subjetiva.

- a) Somente I e II estão incorretas.
- b) Somente II e III estão incorretas.
- c) Somente I, II e IV estão incorretas.
- d) Somente I, II e III estão incorretas.
- e) Todas estão incorretas.

PROVA DE DIREITO PENAL

27. Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O aborto social ou econômico não é permitido pela lei brasileira.
- b) O feto é titular do direito à vida no auto-aborto.
- c) O óvulo fecundado não tem a proteção penal.
- d) Praticado aborto necessário pela gestante, presente o estado de necessidade.
- e) Ocorrendo lesão corporal grave no aborto provocado pela própria gestante, incabível a forma qualificada.

28. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Não é possível a tentativa no crime de perigo de contágio venéreo.
- b) O crime de perigo para a vida ou saúde de outrem é de perigo abstrato.
- c) O pai que omite socorro ao filho menor, gravemente enfermo, podendo fazê-lo, pratica o crime de abandono material.
- d) Pratica crime de omissão de socorro o bombeiro que deixa de prestar ajuda necessária por existir risco pessoal.
- e) A esposa pode ser vítima do crime de maus-tratos pelo marido.

PROVA DE DIREITO PENAL

29. Assinale a assertiva **CORRETA**:

- a) No peculato impróprio, o funcionário público concorre culposamente para o crime de outrem.
- b) Inocorre crime de resistência, se inexistir comportamento agressivo contra o funcionário público.
- c) O funcionário público somente pode ser sujeito ativo de desacato se hierarquicamente inferior ao ofendido.
- d) Pelo princípio da consunção, a denúncia caluniosa absorve a injúria e a difamação.
- e) A evasão do presídio, com violência contra a coisa e grave ameaça, constitui crime contra a administração pública.

30. Em face das assertivas seguintes, pode-se afirmar que:

- I) O peculato de uso de prestação de serviço público municipal, praticado pelo Prefeito Municipal, é punido pelo Decreto-lei 201/67.
 - II) O agente que pratica contravenção penal com menor de dezoito anos, facilitando-lhe a corrupção, comete o crime descrito na Lei 2.252/54.
 - III) O Decreto-lei 3.688/41 pune somente as contravenções penais dolosas e preterdolosas.
 - IV) Pelo Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003), o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido ou restrito, o comércio ilegal e o tráfico internacional inadmitem liberdade provisória.
- a) Somente I e II estão corretas.
 - b) Somente II e IV estão corretas.
 - c) Somente II e III estão incorretas.
 - d) Somente I e IV estão incorretas.
 - e) Todas estão corretas.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. São princípios gerais do processo penal, **EXCETO**:

- a) Princípio da oficialidade.
- b) Princípio da indisponibilidade.
- c) Princípio da oficiosidade.
- d) Princípio do estado da inocência.
- e) Princípio da anterioridade.

32. Analise as afirmações seguintes.

- I. A norma processual penal retroagirá sempre que puder trazer algum benefício ao réu.
- II. Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pela prevenção.
- III. Hipoteca legal e retenção de coisas em favor do ofendido são medidas assecuratórias previstas pelo Código de Processo Penal.
- IV. O incidente de insanidade mental pode ser instaurado de ofício, pelo juiz, e provocará a suspensão do processo, sem prejuízo da realização das diligências inadiáveis.

Somente é integralmente **CORRETO** o que se afirma em

- a) II e III.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I e IV.
- e) III e IV.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

33. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) As nulidades da instrução criminal deverão ser argüidas na fase das alegações finais, nos processos de rito ordinário, de competência do juiz singular.
- b) A autoridade policial disporá de 10 dias para a conclusão do inquérito policial do réu preso, nos casos dos crimes de tráfico de entorpecentes.
- c) A autoridade policial lavrará Termo Circunstanciado de Ocorrência e com isto se dá por iniciado o procedimento sumariíssimo dos Juizados Especiais.
- d) A busca pessoal dependerá de ordem judicial escrita e fundamentada, como qualquer medida cautelar restritiva de direitos.
- e) A autoridade policial não poderá instaurar inquérito policial a partir de denúncia anônima, porque a Constituição da República veda a manifestação de pensamento através do anonimato.

34. A denúncia ou queixa será rejeitada em todas as seguintes hipóteses, **EXCETO** quando:

- a) estiver extinta a punibilidade.
- b) a parte for manifestamente ilegítima.
- c) faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal.
- d) a narrativa do fato estiver divorciada da classificação dada ao crime.
- e) o fato descrito na peça acusatória não se constituir crime.

35. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O Assistente do Ministério Público poderá ser admitido enquanto não cessada a execução da pena e receberá a causa no estado em que se achar.
- b) A ampla defesa, inserida na Constituição da República entre os direitos e garantias individuais, é obrigatória desde a instauração do inquérito policial.
- c) Após o recebimento da denúncia ofertada pelo Ministério Público, a representação do ofendido se torna irretroatável.
- d) No crime de adultério, no caso de morte do ofendido, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa aos ascendentes ou descendentes.
- e) É incumbência do juiz, antes da realização do interrogatório, assegurar o direito de entrevista reservada do acusado com seu defensor.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

36. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Testemunha informante é aquela ouvida a critério do juiz, quando julgada necessária e que não tenha sido indicada pelas partes.
- b) O juiz permitirá que a testemunha narre as suas apreciações pessoais para melhor esclarecimento dos fatos.
- c) O reconhecimento do réu em juízo, observadas as formalidades legais para o ato, tem o condão de tornar irrelevante qualquer vício do reconhecimento feito no inquérito policial.
- d) Documentos são quaisquer provas levadas a juízo com o objetivo de formar a convicção do julgador.
- e) Indício é o elemento de convicção que a lei determina seja aceito independentemente de prova.

37. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A prisão preventiva, uma vez decretada nos delitos praticados por organizações criminosas, perdurará, necessariamente, até o término da instrução criminal.
- b) A prisão temporária prevista pela lei n.º 7.960/89, em caso de imperiosa necessidade, pode ser decretada de ofício pelo juiz.
- c) A prisão processual compreende a prisão temporária, a prisão em flagrante, a preventiva, a temporária, a civil, a decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória.
- d) Os crimes hediondos, previstos na Lei n.º 8.072/90, apesar de inafiançáveis, podem ser objeto da concessão de liberdade provisória sem fiança.
- e) O auto de prisão em flagrante, se entendido inconsistente, poderá ser invalidado pelo juiz, que decretará a prisão preventiva do indiciado, se for o caso.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

38. Quanto ao júri, é correto afirmar, **EXCETO** que

- a) durante os debates o Promotor poderá requerer a elaboração de quesito sobre circunstância agravante não constante do libelo.
- b) se no julgamento ocorrer a desclassificação para outra infração atribuída à competência do juiz singular, a este serão remetidos os autos.
- c) é absoluta a nulidade do julgamento, pelo Júri, quando os quesitos das excludentes de ilicitude não precederem aos quesitos das circunstâncias agravantes.
- d) será constitucional a lei que eventualmente ampliar a competência do júri para julgar crimes que não sejam dolosos contra a vida.
- e) a violenta emoção, de ordem subjetiva, é compatível com a qualificadora do emprego de recurso que impossibilitou a defesa da vítima.

39. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Sempre que o vício no processo puder ser demonstrado de plano, a nulidade absoluta pode ser reconhecida em sede de *habeas corpus*.
- b) O recurso em sentido estrito comporta o efeito iterativo, mediante o qual o juiz poderá alterar ou revogar total ou parcialmente a sua decisão anterior.
- c) Privativo da defesa, o protesto por novo júri é admitido, uma única vez, no caso de a sentença condenatória ser de reclusão por tempo igual ou superior a 20 anos.
- d) Nos crimes de imprensa o prazo para interposição de recurso de apelação, já com as razões recursais, será de 10 dias.
- e) Pelo princípio da fungibilidade recursal, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro, desde que não configurada má-fé.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

40. Analise as afirmações seguintes:

- I. Ao regime disciplinar diferenciado, com duração máxima de 1 ano, estará sujeito apenas o preso condenado, desde que haja fundada suspeita de seu envolvimento ou de sua participação, a qualquer título, em organizações criminosas, quadrilha ou bando.
- II. Nos crimes da Lei de Tóxico admitir-se-á o sobrestamento do processo ou a redução da pena ao agente que, mediante acordo com o Ministério Público, houver contribuído de qualquer modo para os interesses da Justiça.
- III. A transação penal, instituída pela Lei n.º 9.099/95, é cabível hoje, no máximo, para crimes cuja pena alcance o limite de até 3 anos.
- IV. Conforme previsão explícita do Código de Processo Penal Militar, na jurisdição castrense o processo efetiva-se com o recebimento da denúncia pelo judiciário.
- V. Não cabe prisão temporária em desfavor do agente em razão da prática de atentado à incolumidade física do indivíduo – delito previsto na Lei de Abuso de Autoridade.

SOMENTE é correto o que se afirma em

- a) I e IV.
- b) II e V.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) IV e V.

PROVA DE DIREITO CIVIL E COMERCIAL

41. Assinale a proposição **INCORRETA**.

- a) Dependendo do tempo decorrido, a separação de fato não altera o regime de bens no casamento, mas a condição de herdeiro do cônjuge supérstite;
- b) viúvo, sem prole ou ascendentes, o testador transmite a posse e a administração da herança ao testamenteiro, contrariando os interesses dos demais herdeiros, seus irmãos;
- c) o Ministério Público pode alegar a nulidade do negócio jurídico, mas não a anulabilidade, que somente se argui por quem foi juridicamente afetado pelo defeito do negócio;
- d) aprovada alteração do estatuto da fundação, por voto de 2/3 (dois terços) dos administradores, restará ao Ministério Público ratificar o ato aprovado;
- e) toda pessoa física ou jurídica que utiliza serviços como destinatário final é, no CDC, considerado consumidor pela lei extravagante.

42. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A lei não ilide a presunção legal da paternidade pelo simples fato de ter a mãe praticado e confessado o adultério na constância do casamento;
- b) é defesa a condição puramente potestativa que obsta o negócio jurídico de todo efeito, mas são permitidas as condições que coadunam com a ordem jurídica;
- c) o inventário que será sempre judicial, deve ser requerido pelos herdeiros no prazo de 30 (trinta) dias e ultimando-o dentro de 1 (um) ano, salvo prorrogação por justa causa;
- d) são bens particulares os vencimentos dos funcionários públicos, embora casados no regime de comunhão universal, sendo, portanto, incomunicáveis;
- e) considera-se válida a emancipação voluntária concedida pelos pais, mediante escritura pública, sem homologação do Juiz e oitiva do Ministério Público (MP).

PROVA DE DIREITO CIVIL E COMERCIAL

43. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O direito do promissário comprador à adjudicação compulsória não se condiciona ao registro do compromisso de compra e venda no cartório de imóveis;
- b) o casamento é um ato jurídico único e solene, como o é a escritura pública de compra e venda de bem imóvel, celebrado por partes capazes;
- c) havendo conflitos de interesses entre pai e filho, sendo aquele detentor do poder familiar, o juiz, *ex officio*, nomeará curador especial, ciente da querela;
- d) pelo novo Código Civil podem os parentes consangüíneos e afins, e o cônjuge ou companheiro pedir uns aos outros alimentos de que necessitam para viver;
- e) na sucessão *ab intestato*, o autor do patrimônio exerce seu direito de disposição da porção disponível por intermédio de testamento válido.

44. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Com a morte do pai extingue-se o poder familiar, suprida a falta com a nomeação de tutor pelo juiz competente;
- b) os aluguéis vencidos e não recebidos à época da separação judicial passarão a pertencer àquele que ficou com o imóvel na partilha;
- c) chama-se substituto o herdeiro nomeado pelo testador para dividir a herança em lugar do filho indigno na sucessão legítima;
- d) no regime de separação de bens o cônjuge supérstite não terá o direito real de habitação, mas receberá a herança, chamado após os descendentes e os ascendentes;
- e) o Ministério Público, em ação direta, mesmo sem manifestação dos pais, pode requerer a decretação de nulidade de casamento de pessoa portadora de doença mental incurável.

PROVA DE DIREITO CIVIL E COMERCIAL

45. Assinale a proposição **INCORRETA**.

- a) Na promessa de cessão de direitos cabe a preferência ao sublocatário e, em seguida, ao locatário, estando o imóvel sublocado;
- b) apesar de não ser declarado falido, o administrador da sociedade limitada fica sujeito a todas as obrigações impostas em lei ao falido;
- c) intimado o órgão do Ministério Público, o juiz dirigir-se-á à residência do falecido para arrecadar a herança jacente, esteja ou não presente o MP;
- d) o advogado apresentará nos autos a cessão de direito hereditário do menor, lavrada em instrumento público, representado o menor pela mãe, cônjuge supérstite;
- e) sendo resolutiva a condição, o negócio jurídico produzirá seus efeitos, gerando direitos adquiridos, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido, enquanto ela não se realizar.

46. Das alternativas abaixo:

- I - A sentença proferida em ação de sonegados, movida por um único herdeiro, aproveita aos credores dos demais herdeiros;
- II - não está sujeita ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) a empresa pública que presta serviços à população, aplicando-se a ela a legislação própria;
- III - pode ser excluído por indignidade o legatário que difama o testador três (3) anos após sua morte e concluído o inventário com partilha de bens;
- IV - verificando o Ministério Público que o pai aliena bens do filho, dilapidando seu patrimônio, poderá adotar medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e requerer em juízo a suspensão do poder familiar;
- V - pode o consumidor requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o CDC, não assegurando o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes.

Estão **CORRETAS**:

- a) somente I, II e V
- b) somente II, IV e V
- c) somente II, III e IV
- d) somente I, III e IV
- e) somente I, III e V

PROVA DE DIREITO CIVIL E COMERCIAL

47. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A herança destinada aos legitimários é imutável, não importando o número de herdeiros, se poucos ou muitos, se todos ou alguns se habilitaram;
- b) existindo herdeiro interdito, seu curador poderá requerer partilha amigável, comprovadamente vantajosa, ainda que o testador o proíba;
- c) para igualar as legítimas, o ascendente, concorrendo com o cônjuge, deverá colacionar os bens que recebeu em doação, do seu finado filho;
- d) o contrato de locação, com renovação compulsória garantida pela Lei n.8245/91, poderá prever sua rescisão de pleno direito, com a decretação da falência;
- e) omitida pelo procurador do absolutamente incapaz, o juiz não pode, embora provocado pelo Ministério Público, suprir, de ofício, a alegação de prescrição.

48. Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A ação de alimentos é imprescritível, mas as parcelas devidas prescrevem em cinco (5) anos, contados da data em que se venceram as prestações;
- b) é direito personalíssimo e imprescritível do marido, na constância do casamento, contestar o filho nascido de sua esposa, podendo seus herdeiros prosseguir na ação ajuizada;
- c) verificando que o pai dilapida bens do filho, cabe ao Ministério Público adotar medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspender o poder familiar provisoriamente;
- d) falecido o usufrutuário, poderá o proprietário denunciar, no prazo de 30 (trinta) dias, o contrato de locação celebrado por aquele, outorgando ao locatário o prazo de 90 (noventa) dias para a desocupação;
- e) a pessoa com mais de 16 (dezesseis) e menor de 18 (dezoito) anos, só poderá fazer codicilo, sem presença de testemunhas, com a assistência dos pais ou do Ministério Público.

PROVA DE DIREITO CIVIL E COMERCIAL

49. Assinale a proposição **INCORRETA**.

- a) O fato de o negócio ter sido ajustado para salvar alguém de perigo grave, mesmo com certa onerosidade, não é só por isso anulável;
- b) na união estável é lícito aos companheiros contratar qualquer regime de bens, não impondo a lei o regime de comunhão parcial;
- c) os negócios ordinários e onerosos praticados pelo produtor rural insolvente e indispensáveis à manutenção da fazenda, são válidos, porque presumem-se de boa-fé;
- d) requerida e comprovada a impossibilidade de manutenção do bem de família, o MP autoriza a venda do bem e a sub-rogação em outro imóvel de menor valor;
- e) doações havidas com incomunicabilidade antes do casamento, não se comunicam, mesmo tendo os nubentes optado pelo regime de comunhão universal.

50. Analise as proposições abaixo.

- I - Na assunção de dívida não pode o novo devedor opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo;
- II - as despesas com o depósito, quando julgado procedente, correrão por conta do credor e, se improcedente, por conta do devedor;
- III - a finalidade da cláusula penal é prefixar as perdas e danos e não pode exceder o valor da obrigação principal;
- IV - no contrato de compra e venda com pagamento à vista, o vendedor não é obrigado a entregar a coisa antes de receber o preço;
- V - cessa o mandato pela revogação, pela renúncia, pela morte ou interdição de uma das partes, pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio.

Estão **CORRETAS**:

- a) somente I, II e III;
- b) somente I, IV e V;
- c) somente II, III e V;
- d) somente III, IV e V;
- e) todas as proposições.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Assinale a alternativa **CORRETA**.

A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita

- a) por meio de oficial de justiça.
- b) em cartório, diretamente pelo escrivão.
- c) pessoalmente, com vistas dos autos.
- d) por carta.
- e) por publicação do ato no órgão oficial.

52. Assinale a alternativa **CORRETA**.

a) Quando a parte for o Ministério Público computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer. Porém, quando estiver atuando exclusivamente como fiscal da lei não terá a prerrogativa de prazo diferenciado; o prazo será sempre o comum.

b) Na ação civil pública que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, poderá o Juiz conceder mandado liminar e cominar multa diária. Havendo descumprimento da liminar, a multa só poderá ser exigida após proferida sentença de procedência, por meio de execução provisória, salvo se à apelação for conferido efeito suspensivo.

c) Ajuizada a ação e conclusos os autos ao Magistrado para o despacho inicial, deve Sua Excelência, caso entenda que o julgamento da causa incumbe a outro Juízo, suscitar, de ofício, o conflito de competência ao Presidente do Tribunal, instruindo-o com os documentos necessários à prova do conflito.

d) Quando o inventariante for dativo, todos os herdeiros e sucessores do falecido serão autores ou réus nas ações em que o espólio for parte.

e) O Promotor de Justiça estará impedido de continuar a exercer suas atribuições de fiscal da lei quando, no curso do processo, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consangüíneo ou afim, em linha reta, vier a ser indicado como advogado da parte.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

53. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

No que tange ao Mandado de Segurança, pode-se afirmar que:

- a) é inadmissível a impetração contra ato ou decisão judicial passível de recurso com efeito suspensivo.
- b) a sentença concessiva, por estar sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, somente poderá ser executada após confirmada pelo Tribunal.
- c) em se tratando de ato omissivo continuado, que envolve obrigação de trato sucessivo, o prazo decadencial é renovado mês a mês.
- d) indeferida a segurança por carência de prova pré-constituída, bem como pela necessidade de dilação probatória, o pedido poderá ser renovado em outra ação mandamental.
- e) a competência para processar e julgar a ação define-se pela categoria, qualificação e hierarquia funcional da autoridade coatora e pela natureza do ato impugnado.

54. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Quando o processo não corre nas férias forenses e a citação acontece nesse período, o prazo de contestação começa a ser contado a partir do primeiro dia útil após as férias. Entretanto, se a citação tiver por objetivo evitar o perecimento de direito, o prazo para a resposta começa a contar do primeiro dia útil após a juntada aos autos do respectivo mandado.
- b) Verificada deficiência na representação processual da parte, o Juiz não deve extinguir o processo sem antes conceder prazo para sanar a irregularidade.
- c) O órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.
- d) Arrecadados os bens do ausente, o Juiz nomear-lhe-á curador e mandará publicar editais, anunciando a arrecadação e chamando o ausente a entrar na posse de seus bens. Transcorrido o prazo previsto em lei sem que se saiba do ausente e não tendo comparecido seu procurador ou representante, poderão os interessados requerer que se abra provisoriamente a sucessão. Não havendo interessados na sucessão provisória, cumpre ao órgão do Ministério Público requerê-la.
- e) Nas causas de valor até vinte salários mínimos propostas no Juizado Especial Cível (Lei nº 9.099/95), as partes poderão comparecer pessoalmente, desassistida por advogado. Havendo, no entanto, recurso da sentença, serão obrigatoriamente representadas por advogado.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

55. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, quando

- a) o juiz indeferir a petição inicial.
- b) se verificar a ausência de seus pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular.
- c) o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.
- d) as partes transigirem.
- e) houver convenção de arbitragem.

56. Plutão impetrou Mandado de Segurança em face do Prefeito Municipal de Júpiter alegando que se aposentou no serviço público e que a autoridade impetrada, com base em lei local, estaria efetuando, mensalmente, descontos em seu contracheque de verba denominada contribuição previdenciária, desconto que, segundo o impetrante, viola o artigo 195, II, da Constituição Federal.

Colhidas as informações da autoridade impetrada e ouvido o Ministério Público, o meritíssimo Juiz de Direito da Comarca proferiu sentença concessiva da segurança, reconhecendo que a contribuição previdenciária não pode incidir sobre os proventos dos inativos.

Embora o impetrado não tenha interposto recurso voluntário, houve a remessa dos autos à segunda instância por força do duplo grau de jurisdição obrigatório (artigo 12, parágrafo único, da Lei nº 1.533/51), tendo a Turma Julgadora, por maioria, reformado a sentença, sob o fundamento de que é legítima a cobrança da referida contribuição, nos termos do artigo 149 da CF.

Inconformado com o acórdão, o impetrante recorreu.

Indaga-se: qual o recurso cabível?

- a) ordinário;
- b) embargos infringentes;
- c) extraordinário;
- d) especial;
- e) agravo.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

57. A sentença que julga procedente pedido formulado em ação civil pública pode, em tese, sujeitar-se:

- I – ao duplo grau de jurisdição obrigatório;
- II – a agravo de instrumento;
- III – a recurso ordinário;
- IV – a embargos declaratórios;
- V – a apelação.

Estão **CORRETAS** as proposições

- a) II e V.
- b) I, IV e V.
- c) III e V.
- d) III, IV e V.
- e) II e IV.

58. Consoante o artigo 81 do Código de Processo Civil, o Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.

São hipóteses de legitimidade do Ministério Público:

- I - suscitar conflito de competência;
- II - propor ação rescisória;
- III - requerer o inventário quando houver herdeiro incapaz;
- IV - ajuizar ação visando a decretação de nulidade de casamento;
- V – promover os procedimentos de suspensão e destituição do pátrio poder.

Estão **CORRETAS**

- a) somente as proposições I, II e III.
- b) somente as proposições II, III e V.
- c) somente as proposições I, II e IV.
- d) somente as proposições III, IV e V.
- e) todas as proposições.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

59. Analise as seguintes proposições:

I - As ações previstas na Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa. A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

II - Ressalvada a competência da Justiça Federal, as ações coletivas em defesa do consumidor serão propostas no foro do lugar onde ocorreu o dano, quando de âmbito local, ou no foro da Capital do Estado ou no do Distrito Federal, para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente.

III - O foro do domicílio ou da residência do autor é o competente para a ação de investigação de paternidade cumulada com a de alimentos, podendo ser proposta pelo Ministério Público.

IV - Nas ações de reparação do dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, será competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato. Trata-se, porém, de competência relativa, podendo o autor optar pelo foro do domicílio do réu.

V - Empregado o procedimento ordinário e atendido o requisito da competência, é permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos compatíveis entre si, ainda que entre eles não haja conexão.

Estão **CORRETAS**

- a) somente as preposições I, II e IV.
- b) somente as preposições II, III e V.
- c) somente as preposições III, IV e V.
- d) somente as preposições I, III e IV.
- e) todas as preposições.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

60. Analise as seguintes proposições:

I - Se o autor desistir da ação popular, ficará assegurado a qualquer cidadão bem como ao representante do Ministério Público assumir o pólo ativo da causa e promover o prosseguimento do processo.

II - Decorridos 60 (sessenta) dias da publicação do acórdão que confirmou sentença condenatória em ação popular, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.

III - A ação civil pública pode ser proposta pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios, bem como pelas autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e associações. Na hipótese de os legitimados ativos proporem duas ou mais ações autônomas com o mesmo objeto e a mesma causa de pedir, terá prosseguimento somente a primeira protocolizada em Juízo; as demais serão extintas sem julgamento do mérito, para evitar eventuais decisões conflitantes.

IV - Não se admite a concomitância de ações popular e civil pública com idênticos pedidos e causas de pedir, porquanto estaria configurada a litispendência.

V - Tomar compromisso de ajustamento de conduta e instaurar inquérito civil são prerrogativas exclusivas do Ministério Público.

Estão **CORRETAS**

- a) somente as preposições I e II.
- b) somente as preposições I, II e V.
- c) somente as preposições I, II, III e IV.
- d) somente as preposições I, III, IV e V.
- e) todas as preposições.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

61. Assinale a alternativa **CORRETA**.

Segundo o Código Florestal (Lei Federal 4.771/65), entende-se por Reserva Legal:

- a) a área explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiro e cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em oitenta por cento, de atividade agroflorestal ou do extrativismo;
- b) a área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º do Código Florestal, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;
- c) a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;
- d) a área com cobertura florestal primária ou secundária em estágio avançado de regeneração, na qual é proibida a implantação de projetos de assentamento humano ou de colonização para fim de reforma agrária, ressalvados os projetos de assentamento agro-extrativista, respeitadas as legislações específicas;
- e) a área localizada em terras indígenas, cuja exploração dos recursos florestais somente poderá ser realizada pelas comunidades indígenas em regime de manejo florestal sustentável, para atender a sua subsistência, respeitados os arts. 2º e 3º do Código Florestal.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

62. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de *reserva legal*, no mínimo:

- a) oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia legal.
- b) trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos da lei;
- c) vinte por cento, na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do país;
- d) vinte por cento, na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do país; e
- e) vinte por cento, na propriedade rural em área de veredas ou matas ciliares localizada em qualquer região do país.

63. A respeito dos atos de improbidade administrativa previstos na Lei Federal nº 8.429/92, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Não é circunstância elementar do enunciado do art. 9º o elemento lesividade, como integrante do enriquecimento, assim como a incidência das sanções independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
- b) Se do ato de improbidade não resultar enriquecimento ilícito nem dano ao erário, no mínimo, atenta contra os princípios administrativos.
- c) O enriquecimento ilícito como a lesão ao erário ou o atentado aos princípios administrativos são atos de improbidade administrativa.
- d) A improbidade que atenta contra os princípios administrativos é a ilegalidade qualificada pela adjunção da imoralidade, sem proveito patrimonial do agente público e sem lesividade material ao Poder Público.
- e) A conduta que caracteriza a improbidade administrativa lesiva ao erário, expressa no art. 10, pode ser qualquer ação ou omissão dolosa bem como qualquer ação ou omissão culposa.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

64. Assinale a alternativa **CORRETA**.

O membro vitalício do Ministério Público perderá o cargo por decisão judicial transitada em julgado, proferida em ação civil proposta pelo

- a) Corregedor-Geral do Ministério Público após autorização do Colégio de Procuradores;
- b) Procurador-Geral de Justiça após autorização do Conselho Superior do Ministério Público;
- c) Corregedor-Geral do Ministério Público após autorização do Procurador-Geral de Justiça;
- d) Procurador-Geral de Justiça após autorização da Câmara de Procuradores;
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

65. A respeito da propaganda eleitoral (Lei Federal nº 9.504/97), assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Ao postulante à candidatura a cargo eletivo é permitida a realização, no mês anterior à escolha pelo partido, de propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor.
- b) A propaganda eleitoral somente é permitida a partir do dia 5 de julho do ano da eleição.
- c) A veiculação de propaganda eleitoral pela distribuição de folhetos, volantes e outros impressos, os quais devem ser editados sob a responsabilidade do partido, depende da obtenção de licença municipal e de autorização da Justiça Eleitoral,
- d) A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

66. Analise as proposições abaixo, formuladas com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90), e assinale a alternativa **CORRETA**.

I – O alvará judicial é exigido para a participação da criança ou adolescente em espetáculos públicos e seus ensaios, mesmo acompanhado dos pais ou responsável.

II – Quando acompanhado dos pais ou responsável, não se exige alvará judicial para a participação da criança ou adolescente em certame de beleza.

III – A entrada e permanência de criança e adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em boate ou congêneres, não dependem de alvará judicial.

IV – A participação de criança ou adolescente, acompanhado dos pais ou responsável, em programa de televisão, depende de alvará judicial.

- a) Somente a proposição I e II estão corretas;
- b) Somente as proposições I, II e IV estão corretas;
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas;
- d) Somente as proposições I, III e IV estão corretas;
- e) Todas as proposições estão corretas.

67. Com base na Lei 8.078/90 (código de proteção e defesa do consumidor), assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) A responsabilidade pessoal do profissional liberal pelo vício do serviço prestado será apurada mediante a verificação da culpa.

b) A doutrina consumerista faz distinção entre vulnerabilidade e hipossuficiência.

c) ao contrário da garantia legal, que é sempre obrigatória, a garantia contratual é mera faculdade do fornecedor.

d) A responsabilidade do comerciante pelo fato do produto é objetiva, mas não é solidária.

e) A correta distinção entre interesses difusos e coletivos depende da fixação do objeto litigioso do processo.

- Conforme correção divulgada durante a aplicação da prova:
 - item a) : onde se lê **vício** leia-se **fato**;
 - item d) : onde se lê **solidária** leia-se **subsidiária**.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

68. Com base na Lei 8.078/90 (código de proteção e defesa do consumidor), analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A relevância social do bem jurídico tutelando ou da própria tutela coletiva justifica a legitimação do Ministério Público para a propositura de ação coletiva em defesa de interesses privados disponíveis.
- b) O período quinquenal da prescrição aplica-se às hipóteses em que se debate a responsabilidade pelo vício do produto e do serviço.
- c) Em tema de responsabilidade civil objetiva do fornecedor na relação de consumo, o Código adotou a teoria risco do empreendimento ou risco da atividade profissional.
- d) A Lei 8.078/90 ampliou os limites subjetivos da coisa julgada, estruturando-os segundo o resultado do processo, ou seja, *secundum eventum litis*.
- e) A inversão do ônus da prova a favor do consumidor no processo civil, enquanto direito básico, se dá *ope judicis*.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

69. As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento; em razão de sua condição pessoal.

Com fundamento nesta Lei, analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa **CORRETA**:

I - É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância, sendo que esta prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

II - Compete ao Ministério Público atuar como substituto processual do idoso em situação de risco; promover a revogação de instrumento procuratório do idoso quando necessário ou o interesse público justificar; e referendar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos previstos nesta Lei.

III – Constituem obrigações das entidades de atendimento celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso; providenciar ou solicitar que o Ministério Público requisite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei; e comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;

IV - Até que seja homologado ou rejeitado o arquivamento do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público, as associações legitimadas (que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa) poderão apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados ou anexados às peças de informação.

- a) Somente a I, II e IV estão corretas.
- b) Somente a II, III e IV estão corretas.
- c) Somente a I, II e III estão corretas.
- d) Somente a I, III e IV estão corretas
- e) Todas estão corretas.

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL

70. Com lastro no Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/01), analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa **CORRETA**.

I - São partes legítimas para a propositura da ação de usucapião especial urbana o possuidor, isoladamente ou em litisconsórcio originário ou superveniente, a associação de moradores da comunidade, regularmente constituída, com personalidade jurídica, desde que explicitamente autorizada pelos representados; e o Ministério Público como substituto processual.

II - O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de quinze mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal; integrantes de áreas de especial interesse turístico; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

III - Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

IV - As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

- a) Somente a I e III estão corretas.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a II, III e IV estão corretas.
- d) Somente a III e IV estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

GABARITO

01.A	02.E	03.C	04.B	05.D	06.C	07.A	08.C	09.B	10.D
11.B	12.E	13.E	14.B	15.D	16.D	17.X	18.D	19.A	20.C
21.B	22.D	23.E	24.C	25.E	26.A	27.C	28.C	29.B	30.A
31.E	32.C	33.A	34.D	35.X	36.C	37.E	38.B	39.D	40.B
41.D	42.C	43.X	44.E	45.D	46.E	47.A	48.B	49.D	50.E
51.C	52.D	53.B	54.A	55.D	56.C	57.B	58.E	59.E	60.X
61.C	62.E	63.X	64.D	65.D	66.D	67.D	68.B	69.E	70.D

X – Questão anulada.

XLIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL – 2ª ETAPA

1ª. Questão. Dissertação (valor – 4 pontos): Discorrer sobre: “Estado e sociedade, liberalismo e Estado social, valor das normas programáticas no atual contexto constitucional” (Resposta em no máximo 40 linhas)

2ª. Questão (valor – 2 pontos). Enumere e conceitue, sinteticamente, os fundamentos, de índole constitucional, que tornariam defeso a exigência de contribuição previdenciária dos servidores públicos que ingressaram na inatividade, antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/03. (Resposta em no máximo 30 linhas)

3ª. Questão (valor – 2 pontos). A designação de Promotor de Justiça para atuar em determinado caso concreto, após a ocorrência do fato a ser apurado, pode malferir o instituto previsto no inciso LIII do artigo 5º da Constituição Federal? Por que? (Resposta em no máximo 30 linhas)

4ª. Questão (valor – 2 pontos). Em que consiste o método concretista de interpretação das normas constitucionais? Que fatores determinaram o surgimento da citada metodologia? (Resposta em no máximo 30 linhas)

XLIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO – 2ª ETAPA

DISSERTAÇÃO: (valor – 4 pontos) Máximo de 40 (quarenta) linhas.

Discorrer sobre a anulação e a revogação dos atos administrativos.

Abordar, necessariamente, os seguintes tópicos, sem necessidade de observar a ordem enunciada:

A – Conceitos;

B – Da anulação e da revogação – quem pode realizar esses desfazimentos;

C – Autotutela da Administração e o direito ao contraditório quanto aos direitos individuais;

D – Efeitos da revogação e da anulação.

QUESTÕES:

1ª) Ao tratar dos aspectos que regem a Administração Pública, a doutrina adota a CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. Relacionados com tal classificação e por serem de suma importância para a compreensão do tema, aparecem os seguintes conceitos: de perfeição, validade, eficácia e exeqüibilidade.

Sem necessidade de apresentar definições, cite os atos administrativos doutrinariamente conhecidos e, de forma objetiva, explique os conceitos acima enumerados. **(valor – 2 pontos) Máximo de 20 (vinte) linhas.**

2ª) Quanto a Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público e das Pessoas Jurídicas de Direito Privado Prestadoras de Serviço Público, consagra-se na Constituição Federal, o princípio da responsabilidade objetiva, com base no risco administrativo. Para que tal situação ocorra, quais os requisitos a serem observados? Justifique. **(valor – 2 pontos) Máximo de 20 (vinte) linhas.**

3ª) Qual é a natureza jurídica da autarquia e quais suas características típicas. Pode uma empresa pública transformar-se em autarquia? Justifique. **(valor – 2 pontos) Máximo de 20 (vinte) linhas.**

XLIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE DIREITO CIVIL – 2ª ETAPA

1 - DISSERTAÇÃO – Os regimes de bens e a posição do cônjuge supérstite.

Roteiro. 1) Pacto nupcial; 2) regime legal. 3) comunhão parcial de bens; 4) separação de bens; 5) participação final nos aqüestos; 6) mutabilidade do regime de bens; 7) o cônjuge sobrevivente e sua condição de herdeiro. **(Quatro pontos). Máximo de 60 linhas.**

2 – Noção de adoção: quem pode adotar; consentimento dos pais ou representantes legais; rompimento do vínculo de parentesco consanguíneo; adoção por estrangeiros. **(Dois pontos).**

3 – Condição, encargo e termo: noções gerais; condição resolutiva: efeitos; encargo: inexecução, efeitos. **(Dois pontos).**

4 – Antônio, após o divórcio com Rita, recebeu na partilha R\$200.000,00, obrigando-se a pagar pensão para os filhos Primus e Secundus. Conheceu Maria, dentista, proprietária da sala nº402, à Av. Afonso Pena, 2.345, no valor de R\$40.000,00. Casaram no regime legal em 1.985. Montaram uma clínica odontológica. Educaram o filho, Antônio Júnior, em bom colégio. Em 1.995 doaram aos pais de Antônio, Fernando e Carolina, um apartamento no valor de R\$80.000,00. Submeteu-se Antônio a cirurgia no coração em janeiro de 2.004; convalescendo, fez testamento, deixando para Maria um apartamento no valor de R\$100.000,00. No início de abril de 2.004, Antônio faleceu. O patrimônio arrecadado é de R\$1.000.000,00 e as dívidas com médico, hospital e funeral somam R\$40.000,00. Dividir a herança. **(Dois pontos) (Não há necessidade de alongar-se em explicações).**

BOA SORTE

XLIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL – 2ª ETAPA

QUESTÃO 1 : DISSERTAÇÃO (4 PONTOS)

Máximo: 60 linhas

Relação jurídica de consumo (conceito, sujeitos, objeto e teorias).

QUESTÃO 2 – (2 PONTOS) A natureza jurídica do tombamento tem sido apontada ora como sendo *servidão administrativa*, ora como sendo *limitação administrativa*. Pergunta-se: Que argumento sustenta uma e outra corrente.

QUESTÃO 3 – (2 PONTOS) O administrador público teve suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União, para os efeitos do art. 1º, I, “g”, da Lei Complementar nº 64/90, e seu nome lançado na lista dos inelegíveis e remetido à Justiça Eleitoral. Na eleição subsequente, o administrador, cujas contas foram rejeitadas, teve seu registro para ser candidato deferido pela Justiça Eleitoral sem que houvesse impugnação do referido registro, tendo sido eleito e exercido todo o seu mandato. Ao pretender a reeleição, pergunta-se:

- a) Poderá ser argüida a sua inelegibilidade em decorrência daquela rejeição de contas, considerando-se que o candidato já exerceu outro mandato e que a sua inelegibilidade se encerraria 10 dias após o prazo de registro de candidaturas para as próximas eleições?
- b) A rejeição de contas e a inclusão do nome do administrador público na lista remetida à Justiça Eleitoral geram, por si sós, sua inelegibilidade? As decisões dos Tribunais de Contas não contestadas em juízo impedem a filiação partidária?
- c) Para ser candidato a cargo eletivo, a condição de elegibilidade, no caso em questão, tem como marco a data do registro da candidatura, a data das eleições ou a data da posse?

QUESTÃO 4 – (2 PONTOS) A associação de bairro de determinada Comarca aviou representação ao Promotor de Justiça postulando a realocação de uma indústria que provoca extremo incômodo à comunidade vizinha, com a produção excessiva de ruídos e fumaça, fato comprovado, posteriormente, no inquérito civil público. A indústria, chamada a se manifestar, por intermédio de seus dirigentes, alegou que os níveis de ruídos e a emissão de particulados são os mesmos que propiciaram a obtenção da licença original, que, segundo os ditames do direito administrativo, possui caráter de definitividade. Por fim, alegou a indústria ter o direito à pré-ocupação do solo. Concluído o inquérito, indaga-se:

- a) Em que consiste a teoria do *direito à pré-ocupação do solo*, e atualmente qual a sua receptividade no direito ambiental.

- b) Quais os dispositivos da Lei n° 6.938/81 que colocam em relevo a característica distintiva da licença ambiental em relação às demais licenças calcadas exclusivamente no direito administrativo.
- c) Que característica é essa.

XLIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – 2ª ETAPA

QUESTÃO 1 : Com base na Lei 8.560/92, o Juiz da Comarca de Mercúrio instaurou procedimento administrativo para averiguar a paternidade do menor Y e, a seguir, transcorridos trinta dias sem que o suposto pai atendesse à notificação, enviou os autos ao Ministério Público para as providências legais.

Havendo elementos suficientes de informação, o Promotor de Justiça daquela Comarca, na condição de representante do Ministério Público e substituto processual do menor, instaurou a ação de investigação de paternidade, na qual o réu, devidamente citado por precatória, apresentou contestação.

Conclusos os autos ao Magistrado, Sua Excelência concluiu ser incompetente para a causa e, por conseguinte, declinou da competência, determinando que o processo fosse remetido para o Juízo da comarca do domicílio do réu, nos termos do artigo 94 do Código de Processo Civil.

Intimado dessa deliberação judicial, o Ministério Público se manifestou.

Eis os fatos.

Deve o candidato, atuando como se fosse o representante do Ministério Público que propôs a ação, materializar a respectiva manifestação ministerial, elaborando a peça processual pertinente. Frise-se que a peça não poderá ser assinada e tampouco identificada.

QUESTÃO 2 – (resposta em até 15 linhas)

Em ação civil ambiental instaurada para combater fonte de poluição sonora (eventos musicais com níveis excessivos de sons e ruídos, em desacordo com a legislação), o réu, em sua contestação, visando a excluir a sua responsabilidade, pleiteou que fosse realizada perícia para apurar a existência de outras fontes de poluição na vizinhança (v.g., trânsito intenso, obras em construção, feiras etc.), igualmente responsáveis pelo barulho no bairro.

Caso essa prova seja indeferida, estará configurado o cerceamento de defesa? Fundamente.

QUESTÃO 3 – (resposta em até 15 linhas)

O Município intentou ação civil contra o ex-Prefeito imputando-lhe a prática de ato de improbidade administrativa.

No decorrer da aludida ação, o réu foi novamente eleito para o cargo de Chefe do Poder Executivo Municipal e, em virtude desse fato superveniente, o Magistrado extinguiu o processo sem julgamento do mérito, ao entendimento de que estaria configurada a hipótese do artigo 267, inciso X, do Código de Processo Civil (confusão entre autor e réu).

Indaga-se: O Magistrado decidiu corretamente a questão? Fundamente.

QUESTÃO 4 – (Resposta em até 15 linhas)

O artigo 2º, *caput*, da Lei 7.347/85, dispõe:

“Artigo 2º. As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.”

Por sua vez, o artigo 109, inciso I, da Constituição Federal preceitua:

“Artigo 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; “

Como conciliar ambas as normas quando a Comarca do local do dano não for sede de Vara da Justiça Federal e houver interesse da União na respectiva ação civil pública? Fundamente.

XLIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE DIREITO PENAL – 2ª ETAPA

DISSERTAÇÃO: (Máximo de 60 (sessenta) linhas. Valor: 04 (quatro) pontos):

RELAÇÃO DE CAUSALIDADE.

PRIMEIRA QUESTÃO: (Máximo 20 (vinte) linhas. Valor: dois pontos)

Indique, justificando a resposta, a solução teórica jurídico-penal para os envolvidos nas seguintes situações:

1) **A e B**, em idênticas circunstâncias fáticas, sem vínculo subjetivo, ofendem a integridade física de **C**, com intenção de causar-lhe a morte, não se apurando qual deles produziu a lesão letal.

2) **A** encomenda ao menor **B** a morte de **C**, o que efetivamente acontece.

3) **A**, atuando com *animus necandi*, logo após alvejar **B**, sem atingi-lo, é alvo de disparos deste, que acabam por atingir **C**.

4) **A**, disposto a matar **C**, entrega um revólver a **B**, afirmando se encontrar desmuniado, e o incentiva a atirar, por pilhéria, ocasionando a morte daquele.

SEGUNDA QUESTÃO: (Máximo 20 (vinte) linhas. Valor: dois pontos)

Assim dispõe o art. 3º do Decreto-lei 3.688/41 (Lei das Contravenções Penais):

VOLUNTARIEDADE. DOLO E CULPA

Art. 3º - Para a existência da contravenção, basta a ação ou omissão voluntária. Deve-se, todavia, ter em conta o dolo ou a culpa, se a lei faz depender, de um ou de outra, qualquer efeito jurídico.

Analise fundamentadamente tal dispositivo, tendo em vista as teorias da tipicidade penal e da culpabilidade.

TERCEIRA QUESTÃO: (Máximo 20 (vinte) linhas. Valor: dois pontos)

Disciplina o art. 7º, inciso IX, da Lei 8.137/90, *in verbis*:

Art. 7º Constitui crime contra as relações de consumo:

...

IX – vender, ter em depósito para vender ou expor à venda, ou de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo.

Pena – detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.

O parágrafo único da disposição pune a forma culposa, reduzindo-se a pena de detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte.

Com base nos princípios fundamentais do Direito Penal, comumente aceitos pelos Doutos, perfaça uma abordagem crítica do antedito delito.

XLIV CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL – 2ª ETAPA

Observações:

- a) Para resposta da primeira questão poderão ser usadas **até** 10 linhas para a petição e 50 linhas para as razões. Para cada uma das demais, **o máximo** de 20 linhas.
- b) Serão especialmente consideradas, a concisão, a fundamentação e a coerência do raciocínio.
- c) As peças não poderão ser identificadas nem assinadas.

Questão 1 – Mévio, de 25 anos de idade, reincidente, foi processado porque, em 2 de fevereiro de 2004, foi flagrado, nesta Capital, vendendo cerca de 10 kg de cocaína. Ao ser preso e visando obter vantagem em proveito próprio, Mévio se identificou falsamente. Ao final do feito, pela sentença de fls. 80/86, restou condenado a uma pena de 3 (três) anos de reclusão, no regime inicialmente fechado, e ao pagamento de 50 (cinquenta) dias-multa. Na forma do artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal, foi absolvido da imputação do artigo 307 do Código Penal, por entender que a negativa da verdadeira identificação estaria abrigada pelo direito de autodefesa.

Como um Promotor de Justiça inconformado com a sentença, o candidato deverá interpor recurso de apelação elaborando a petição (Valor: 1 Ponto) e as razões (Valor: 3 Pontos) do recurso.

Questão 2 – (Valor: 2 Pontos). Discorra sobre o tema: *Provas obtidas por meios ilícitos*, abordando: conceito, teoria dos frutos da árvore envenenada e princípio da proporcionalidade.

Questão 3 – (Valor: 2 Pontos). “A desarmonia entre o Código de Processo Penal e a Constituição Federal de 1988”.

Explique 4 hipóteses exemplificativas do tema acima.

Questão 4 – (Valor: 2 pontos). Analise o artigo 366 do CPP, abordando:

- a) Crimes aos quais a disposição é aplicável;
- b) Prazos;
- c) Medidas a serem tomadas pelo Promotor de Justiça quando da aplicação do dispositivo acima.